

## AS FRENTES PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.

Chances e riscos de um desenvolvimento sustentável

*Martin Coy, Martina Neuburger\**

### 1. Globalização e regiões periféricas

Nos últimos anos, o processo da globalização causa transformações profundas nas sociedades do mundo inteiro sendo que a economia mundial e o sistema político internacional passam por uma reestruturação fundamental. Além disso observa-se as grandes ameaças ecológicas, assim como o surgimento de novas tecnologias de produção e de comunicação (cf. FRÖBEL, HEINRICHS, KREYE 1986; ALTVATER 1992, 1994). Este desenvolvimento globalizante resulta, grosso modo, em uma nova configuração do *sistema mundo* através da organização, do controle e da dominação dos regimes de produção e consumo a nível mundial. Isto coincide com o aumento do poder de empresas, corporações e instituições transnacionais, a internacionalização dos mercados e das transações financeiras, a formação e o fortalecimento de algumas poucas centrais de decisão (*global cities*) (cf. SASSEN 1996), mas também com uma tendência à homogeneização cultural. Alguns associam o fenômeno da globalização a uma contração dos espaços de ação em função da aceleração da mobilidade e das novas formas de telecomunicação. Assistimos, nesta interpretação, à constituição de um novo *mapa do mundo* sob o controle de poucos. Porém, esta globalização é acompanhada da crescente fragmentação da sociedade mundial e local em função das novas formas de regulação (flexibilização, deregulação), dividindo as sociedades e os seus espaços cada vez mais em *ciudadelas* e *guetos*. Por outro lado, observa-se uma crescente interdependência a nível mundial com respeito aos problemas ambientais, que pode ser vista como mais uma faceta da globalização.

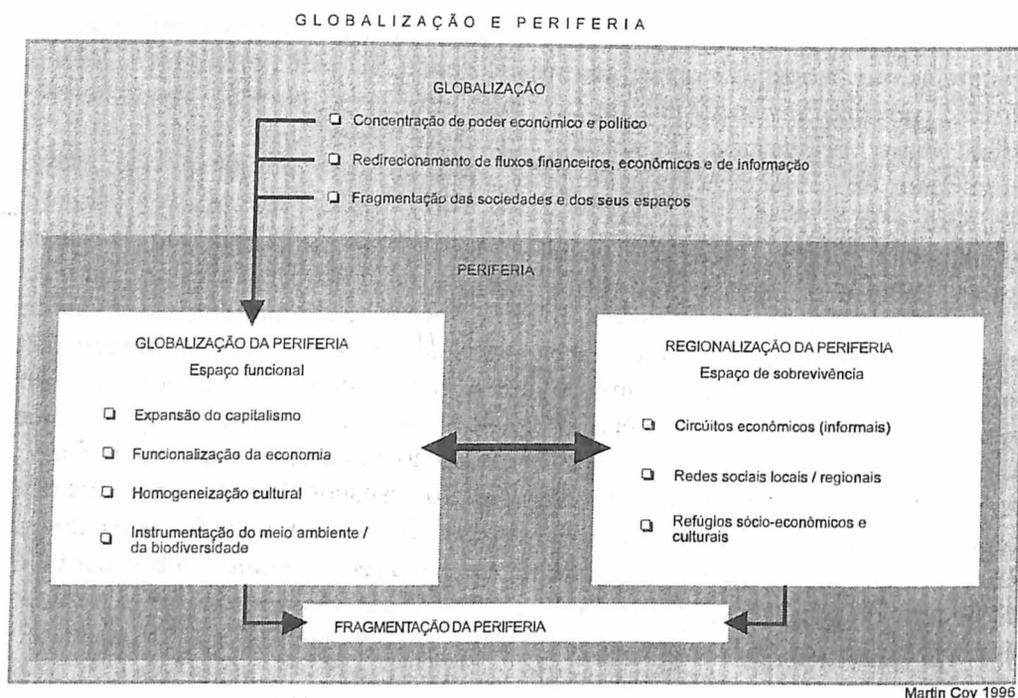
Este processo de *globalização*, tema principal nas ciências sociais e na economia (*teoria da regulação*), começa a chamar também a atenção dos geógrafos interessados na análise das transformações dos espaços de produção econômica, de reprodução social e cultural (cf. KRÄTKE 1995; DANIELZYK, OSSENBRÜGGE 1996). Observa-se atualmente um maior interesse pelo estudo das relações entre a globalização como superestrutura e o nível regional pela configuração de novos *ambientes produtivos regionais* como reação às tendências unificadoras da globalização, dando um significado novo ao conceito

---

\* Instituto de Geografia, Universidad de Tübingen, Tübingen, Alemania.  
martin.coy@uni-tuebingen-de, martina.neuburger@uni-tuebingen.de

de *identidade regional* (cf. KRÄTKE 1995). No nosso contexto, o significado específico de *região* consiste na formação, no fortalecimento ou em um novo significado de redes e interdependências econômicas, políticas, culturais e sociais a nível territorial, correspondendo, de certa maneira, a um renascimento ou a uma consolidação das interações locais e regionais frente à globalização (Fig. 1).

**Figura 1: Globalização e periferia**



No que diz respeito aos efeitos da globalização sobre as transformações no hemisfério Sul, é dada maior atenção ainda à transformação das metrópoles e das regiões incorporadas às economias de exportação (cf. SCARLATO et al. 1993; SANTOS et al. 1994). No entanto, a posição de regiões periféricas por dentro do Terceiro Mundo na era da globalização é relativamente pouco discutida (cf. ALTVATER 1992, SINGER 1994).

Qual é, então, o lugar das periferias na nova ordem da globalização, que é caracterizada por uma concentração de poder e de decisão, assim como por um redirecionamento dos fluxos econômicos e financeiros? Por um lado, suspeita-se que as regiões periféricas estão sofrendo, no âmbito do processo de globalização, uma penetração cada vez maior do capitalismo através da expansão - dirigida e espontânea - de formações econômicas voltadas à exportação de matérias primas ou de produtos primários, funcionalizando as

periferias como *reservas de recursos* para a economia global. Através deste processo de incorporação, que é observado em muitas regiões periféricas latinoamericanas, como por exemplo em partes da Amazônia e do Centro-Oeste brasileiro, e que, na maioria dos casos, se desenvolve conforme os interesses de atores de fora das próprias regiões, ou seja, sob o comando dos governos centrais, de novos investidores nacionais e internacionais, ou de migrantes, etc., as sociedades regionais/locais e a organização espacial das periferias estão submetidas a profundas transformações.

Por outro lado, observa-se simultaneamente uma expansão de atividades informais nas regiões periféricas, em parte não-incorporadas aos circuitos econômicos globalizados, assim como a persistência de formas de sobrevivência, baseadas em circuitos locais/regionais, que apoiam a hipótese de que as periferias tenham, cada vez mais, paralelamente à sua incorporação aos circuitos globalizados, a função de *refúgios sócio-econômicos* para aqueles grupos que se encontram na margem da sociedade globalizada (grupos indígenas, camponeses, migrantes sem-terra, etc.) (cf. CLEARY 1994). Esta configuração contraditória resulta na fragmentação sócio-econômica e territorial das periferias.

Mas além destes aspectos econômicos e sociais da interdependência entre globalização e reestruturação regional, as regiões periféricas se encontram expostas a novas formas de uma globalização política, que se materializam, por exemplo no discurso ecológico internacional em torno dos problemas ambientais globais, ou seja, no conceito do *mundo único*. Isto influencia não somente a política de cooperação internacional e a atuação crescente das organizações não-governamentais. Este discurso ecológico internacional causou também novos conflitos entre o Norte e o Sul, que se manifestaram por exemplo nas grandes conferências internacionais dos últimos anos. O processo de degradação ecológica na Amazônia brasileira através do desmatamento e de sistemas de uso inadequados está no centro desta discussão (cf. FEARNSIDE 1993). Face a esta nova configuração global e regional, é de fundamental importância a procura de um novo consenso sobre o desenvolvimento no futuro.

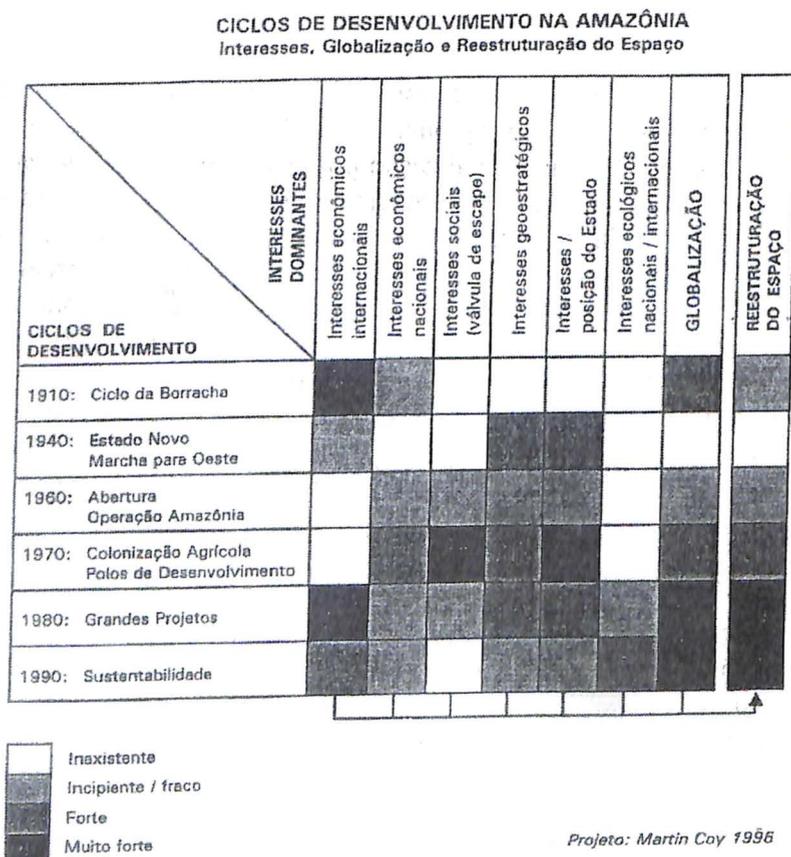
A seguir, tentaremos decifrar alguns aspectos das transformações atuais na Amazônia brasileira, uma das últimas grandes periferias do mundo, diante da nova desordem sócio-econômica e ecológica entre globalização, periferização e desenvolvimento sustentável e autodeterminado.

AS FRENTES PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.  
CHANCES E RISCOS DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2. As frentes pioneiras na Amazônia brasileira: Configuração de novos espaços sociais entre incorporação e sobrevivência

Os interesses econômicos internacionais, o direcionamento por forças extrarregionais, assim como motivos geoestratégicos atravessam toda a história da ocupação e da valorização econômica da Amazônia brasileira (cf. para o desenvolvimento da Amazônia KOHLHEPP 1987; BECKER 1990; SANTOS 1980). Isto se mostra claramente num breve esboço dos *ciclos de desenvolvimento regional* (cf. Fig. 2). Estes ciclos correspondem, grosso modo, à transformação principalmente de partes da Amazônia em *espaços funcionais* sob o domínio de interesses econômicos e políticos nacionais ou internacionais oscilando entre *boom* e *baisse*. Esta oscilação se manifesta em configurações temporal e espacialmente específicas da sociedade e da economia, ou seja, nas formas de acumulação, nos movimentos populacionais, na formação, na decadência ou na reestruturação das elites regionais

Figura 2: Ciclos de desenvolvimento na Amazônia



O chamado *ciclo da borracha*, que termina bruscamente em 1912, testemunha este direcionamento do desenvolvimento amazônico por interesses extrarregionais. As disparidades regionais se aprofundaram através da reorganização territorial devido à prosperidade dos grandes centros regionais (p.ex. Belém, Manaus), através da extração e comercialização dos produtos regionais e da formação das elites regionais por um lado, da constituição de novos sistemas de dependência e exploração da força de trabalho (*sistema de aviamento*) e da marginalização da população autóctone por outro.

Depois de uma fase de decadência observa-se nos anos 40 um novo interesse pela ocupação "racional" da periferia, que se manifesta no famoso *Discurso do Rio Amazonas* e na *Marcha para Oeste* de Getúlio Vargas. Mas, salvo alguns projetos isolados de assentamento ou de melhoramento de infra-estruturas, assim como algumas iniciativas de reconhecimento sobretudo no Centro-Oeste e na margem Sul da Amazônia (*Fundação Brasil Central*), este novo ciclo ficou restrito a uma mera retórica geoestratégica no âmbito da ideologia nacionalista do *Estado Novo*.

Um novo ciclo de reestruturação da periferia amazônica inicia-se nos anos 60 baseado na implantação de uma rede rodoviária (Brasília - Belém, Brasília - Cuiabá - Porto Velho e outras rodovias interestaduais) como parte de uma estratégia explícita de integração e ocupação dos "grandes vazios" do interior brasileiro. Neste período começa a surgir uma nova malha urbana e iniciam-se fluxos migratórios ao longo destes novos eixos de penetração, que contribuirão para a reorganização das estruturas econômicas, sociais e espaciais. Acelera-se também nesta fase o processo de degradação ambiental pela conversão maciça de matas em áreas de produção agropecuária.

Sob os governos militares, no âmbito da ideologia geoestratégica de *segurança nacional* após 64 e sobretudo nos anos 70, a política de ocupação dos espaços periféricos recebe prioridade. Um eixo de atuação baseou-se na abertura da periferia através da colonização agrícola para grupos camponeses expulsos de regiões críticas em função das suas estruturas tradicionalmente disparitárias (Nordeste) ou em função das consequências sociais do processo de modernização agrícola (Sul). A periferia recebeu, neste contexto, a função de *válvula de escape* para problemas sociais em outras regiões. Estes projetos de assentamento do INCRA nos anos 70/80 encontram até hoje uma continuação nos assentamentos da chamada *Reforma Agrária*. O outro eixo de ocupação concentrou-se até 1991, data do seu cancelamento definitivo, numa política de incentivos fiscais para a atração de capitais nacionais e internacionais com fins de "valorização" do suposto potencial econômico da periferia através da

implantação de grandes empresas agropecuárias ou através da extração de matérias primas. Na verdade, a especulação prevaleceu, desde o início, sobre uma produção significativa, douradora e benéfica para a economia regional.

Sendo o Estado Central o iniciador destas formas de ocupação, é importante notar, que este perdeu logo o controle sobre as formas cada vez mais conflitivas de apropriação do território e dos recursos. O boom das frentes pioneiras mais dinâmicas na Amazônia durante os anos 70 e 80, como no Sudeste do Pará, na Transamazônica, em Rondônia ou no Norte Matogrossense, revela esta situação desordenada entre expansão do capitalismo selvagem, estratégias de sobrevivência e nova marginalização.

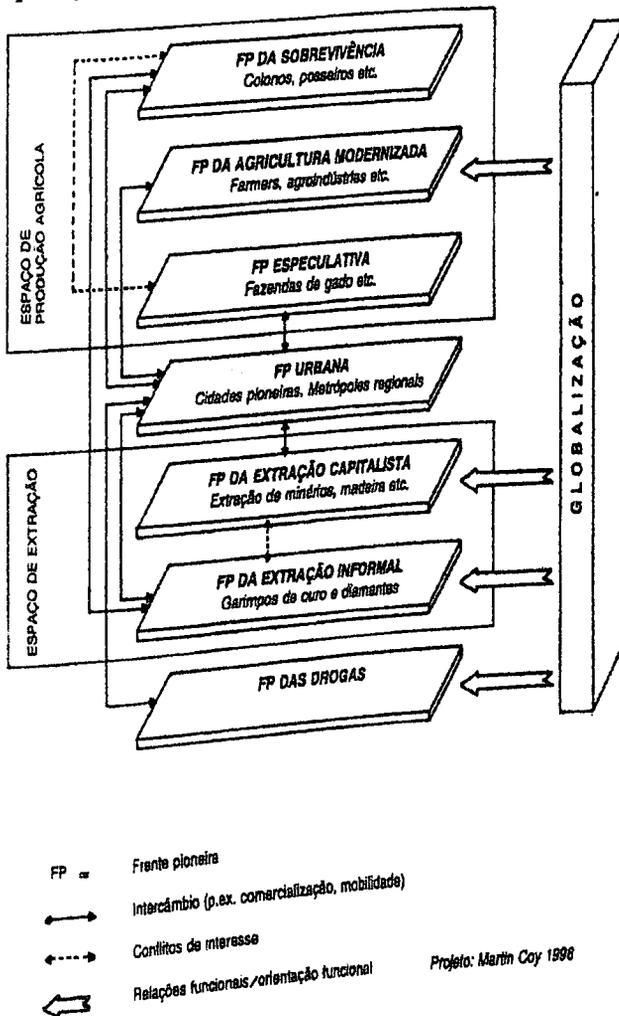
Nos anos 80 a Amazônia brasileira presenciou um novo ciclo de desenvolvimento, ou melhor de incorporação, que se dirige, esta vez, explicitamente à globalização da economia periférica. Trata-se da fase dos chamados *Grandes Projetos*, ou seja, da extração das riquezas minerais (ferro, bauxita, manganês, ouro, estanho e outras) em grande escala, facilitada pela implantação de infraestruturas energéticas (grandes hidrelétricas) e de exportação (estradas, ferrovias) por parte do estado (cf. KOHLHEPP 1987). Projetos dirigidos por grandes empresas estatais (Projeto Carajás) ou privados (Projeto Jari) predominam na reestruturação territorial nesta fase, sobretudo no Leste Amazônico.

Na fase mais recente do desenvolvimento amazônico, nos anos 90, aparece com a *sustentabilidade* um novo elemento nos discursos políticos, no planejamento e nos programas regionais. Isto corresponde por um lado a uma repercussão das discussões internacionais sobre um novo estilo de desenvolvimento (vide as conferências internacionais como a ECO 92 no Rio de Janeiro). A busca de alternativas sustentáveis, ou seja, de um desenvolvimento territorial como resposta à incorporação da Amazônia domina hoje pelo menos a retórica, tendo em vista a crescente vulnerabilidade social, econômica e ecológica da periferia funcionalizada.

Mas os espaços sociais e econômicos da Amazônia brasileira não se transformaram somente de forma sequencial no decorrer dos ciclos acima analisados. Observamos hoje sobretudo uma simultaneidade no tempo e no espaço de vários tipos de frente pioneira, que se diferenciam econômica, social e espacialmente por seus atores e sua percepção diferenciada do potencial regional, pelos motivos e formas de suas ações, ou ainda por sua formalidade ou informalidade. Portanto, as formas de apropriação dos recursos e de uso da terra, a estrutura das novas redes sociais e econômicas e a sua ligação com o "mundo afora" são submetidas a lógicas diferentes. Esta diferenciação interna resulta em conflitos de interesse e em uma dinâmica de avanços e retrocessos

das respectivas formações sócio-econômicas. Pode-se dizer que o conflito e a transformação permanente são elementos constitutivos das frentes pioneiras enquanto espaços sociais não-consolidados (cf. para uma discussão mais ampla dos diferentes conceitos de frente pioneira COY 1988; MUELLER 1983; FOWERAKER 1982; MARTINS 1995; DICKENSON 1995). Dois conflitos básicos caracterizam, no entanto, qualquer tipo de frente pioneira na Amazônia de hoje: o conflito ecológico entre conservação do meio ambiente e sua valorização econômica (cf. FEARNSIDE 1993) e o conflito sociocultural entre as frentes pioneiras, cujos atores se percebem geralmente como *vanguardas* da civilização moderna, e a população tradicional, os povos indígenas, que são submetidos à marginalização e até ao extermínio pelo avanço das frentes pioneiras (cf. MARTINS 1995).

**Figura 3: Tipologia das frentes pioneiras na Amazônia**



De forma resumida, podemos atualmente detectar os seguintes tipos de frente pioneira na Amazônia (cf. Fig. 3). Cada um forma o seu espaço social, que, às vezes, se sobrepõe, às vezes, se distancia espacial ou mentalmente dos espaços sociais das outras frentes pioneiras. Porém, em parte, elas interagem e formam redes funcionalmente interligadas, p.ex. por intercâmbios econômicos, por relações de trabalho ou por terem os mesmos atores. Por outro lado, muitas das frentes pioneiras entram em concorrência pelo espaço. Alguns destes tipos de frente pioneira são submetidos às regulações da globalização, o que se reflete no seu espaço de ação, outros representam muito mais circuitos localizados ou regionalizados.

- A *frente pioneira de sobrevivência*, que se compõe principalmente de migrantes sem terra, *posseiros* ou pequenos produtores agrícolas, expulsos de outras regiões e à procura de novos meios de produção e reprodução nos espaços supostamente vazios da periferia.
- A *frente pioneira da agricultura modernizada*, composta de produtores do tipo *farmer* ou de empresários, que visam à exploração racional e lucrativa dos recursos regionais, sendo geralmente incorporados funcionalmente em mercados formais extra-regionais ou até internacionais. Trata-se, então, muitas vezes de formas globalizadas de frente pioneira. Um dos melhores exemplos são os produtores de soja na margem sul da Amazônia (cf. capítulo seguinte).
- A *frente pioneira especulativa* dos projetos agropecuários, cujos atores estavam meramente interessados nos incentivos fiscais cedidos pelo Estado brasileiro durante muitos anos ou na especulação pela valorização da terra incorporada, muito menos, no entanto, em atividades produtivas.
- As *frentes pioneiras de extração*, sendo estas, como as frentes agrícolas mencionadas, diferenciadas internamente entre formações voltadas à sobrevivência (cf. os garimpeiros de ouro ou diamante) e formações capitalistas (p.ex. as grandes empresas de mineração). Outra forma de diferenciação interna deste tipo de frente pioneira se refere aos produtos extraídos, de origem mineral ou vegetal (sobretudo madeira), que, via de regra, resulta em diferenças com respeito à estratégia e à organização social e econômica da atividade. A parte capitalista empresarial das frentes de extração pode ser considerada elemento fundamental da globalização recente da Amazônia brasileira.

- A *frente pioneira urbana*, formada não somente pelos grandes centros urbanos antigos na região, que vivenciaram um crescimento explosivo em função da recente ocupação da Amazônia, mas também pelas inúmeras cidades pioneiras novas que surgiram em função da expansão das diferentes frentes pioneiras (cf. BECKER 1995; BROWDER; GODFREY 1997; COY 1992). Estas cidades exercem funções de abastecimento e comercialização para seu *hinterland*, transformando-se também rapidamente em centros de imigração para grandes contingentes populacionais, que servem, por sua vez, como reserva de mão-de-obra para as frentes capitalistas. A importância deste tipo de frente pioneira revela-se no fato de que hoje a maioria da população amazônica já vive nestas cidades e que a taxa regional de urbanização na Amazônia é atualmente a mais alta entre as grandes regiões brasileiras.

- A *frente pioneira do narcotráfico*, que, transbordando dos países limítrofes, se expande de maneira assustadora em diferentes regiões da Amazônia penetrando vários segmentos da sociedade e da economia regional, construindo na Amazônia novas redes de distribuição e utilizando a incontornabilidade da região para as rotas internacionais da droga. Esta frente representa, de certa maneira, um dos aspectos informais da funcionalização e da globalização da Amazônia.

Com respeito aos efeitos da globalização na periferia amazônica podemos resumir que esta se materializa nos aspectos sequencial (ciclos de desenvolvimento) e estrutural (tipos de frente pioneira) do desenvolvimento amazônico. Em primeiro lugar, desde o início ela resulta da incorporação da Amazônia aos mercados internacionais na funcionalização parcial da economia regional (borracha, minérios, madeira, alguns produtos agrícolas) e na penetração sucessiva de formas capitalistas de produção. A globalização da periferia significa, antes de mais nada, que todas as decisões de relevância para esta parte globalizada da economia regional são tomadas fora da região em alguns poucos centros (bolsas, centros financeiros). Um aspecto recente da globalização na Amazônia reside na crescente importância dos financiamentos externos das atividades regionais (grandes obras de infraestrutura, atividades de empresas transnacionais). A globalização do desenvolvimento amazônico se exprime também a nível político, sendo, por exemplo, as decisões e ações regionais cada vez mais submetidas à influência de instituições internacionais (Banco Mundial e outros), assim como à atuação de organizações não-governamentais de fora (cf. HAGEMANN 1995). Podemos detectar também um aspecto ecológico da globalização, tendo em vista a internacionalização do problema das florestas tropicais, assim como a discussão sobre as funções globais da biodiversidade. Muitas vezes, no entanto, os aspectos econômicos, políticos e ecológicos se misturam. A recente globalização da periferia

amazônica afeta também a cultura regional, à medida que a expansão dos meios de comunicação e a adesão das elites regionais ao *Leitbild* da modernidade concorrem para uma homogeneização cultural.

Portanto, a heterogeneidade estrutural da periferia amazônica, que tentamos elucidar ao exemplo dos diferentes tipos de frente pioneira, implica uma simultaneidade de formações sócio-econômicas, quer incorporadas à globalização, quer autóctones e frequentemente baseadas em relações informais.

A seguir, gostaríamos de evidenciar as consequências desta heterogeneidade para a formação e a dinâmica dos espaços sociais ao exemplo do Estado de Mato Grosso.

### **3. Mato Grosso: Um exemplo de diferenciação e dinâmica interna da frente pioneira**

O Estado de Mato Grosso, área transicional entre o Centro Oeste brasileiro com o ecossistema típico dos campos cerrados na sua parte meridional e a Amazônia com o ecossistema das florestas tropicais, reúne na sua história de ocupação branca dos últimos 270 anos e no seu espaço de quase 900.000 km<sup>2</sup> toda a heterogeneidade e dinâmica interna das frentes pioneiras, esboçadas na primeira parte deste trabalho (cf. para o desenvolvimento recente das frentes pioneiras em Mato Grosso BRANFORD, GLOCK 1985; COY, LÜCKER 1993).

A principal razão da incorporação do território matogrossense à economia e sociedade colonial do século XVIII foi a extração das riquezas minerais (ouro e diamante). Nesta base surgiram suas estruturas territoriais e a sociedade local no sul / sudoeste, em torno das primeiras cidades Cuiabá, Cáceres, Diamantino. Durante muito tempo esta região isolada formou o posto mais avançado da colônia portuguesa contra a esfera espanhola. A internacionalização da navegação do Rio Paraguai na segunda metade do século XIX resgatou a região do seu isolamento e abriu-a para os interesses econômicos e influências culturais vindos da região do Prata, assim como diretamente da Europa. Além dos recursos minerais, os interesses extrativistas de grupos extrarregionais visavam a extração de borracha ao longo dos rios matogrossenses ou de poiaia, substância de valor farmacêutico, nas matas matogrossenses. Paralelamente à economia extrativista desenvolveram-se a agricultura, que abastecia o mercado regional, e sobretudo a pecuária extensiva nas savanas periodicamente inundadas do Pantanal. Esta pecuária voltou-se cada vez mais para os mercados extrarregionais, fornecendo animais, charque, couro e outros produtos (cf. REMPPIS 1995). O capital vinha em parte de fora, mostrando a prematura incorporação desta periferia à economia internacional.

Nesta base formou-se uma sociedade regional, que recrutava suas elites, baseadas na capital Cuiabá e nas antigas cidades do sudoeste, nas tradicionais famílias de fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos e militares.

A construção das primeiras rodovias na metade do século XX tirou a região aos poucos do seu isolamento físico, tendo sido até este momento a complicada via fluvial o único meio de acesso a Mato Grosso. A incorporação definitiva de Mato Grosso iniciou-se nos anos 60 e sobretudo 70 com grandes obras de infraestrutura (construção das rodovias Cuiabá - Porto Velho, Cuiabá - Santarém), através de programas governamentais de desenvolvimento regional (PROTERRA, POLOCENTRO, POLAMAZONIA e outros), assim como pela venda de grandes contingentes de terra nas partes consideradas vazias no norte do Estado. Na verdade, na sua maioria estas áreas fizeram parte dos territórios de diversos grupos indígenas, que a partir dos anos 70 se viram expostos ao avanço, muitas vezes violento, de várias frentes pioneiras. Este avanço das frentes pioneiras, no entanto, foi considerado elemento decisivo para a modernização da periferia estagnada na percepção dos grupos dominantes e dos planejadores e, conseqüentemente, resultou em uma configuração totalmente nova dos espaços sociais. Grosso modo, a modernização, regionalmente seletiva, causou o deslocamento da dinâmica regional, econômica e sócio-política do Pantanal e seus entornos, centro histórico da região, para as regiões recém ocupadas pelas frentes pioneiras (cf. Fig. 4). A nível sócio-cultural esta nova situação se revela hoje em identidades diferenciadas entre o Mato Grosso tradicional e o Mato Grosso das frentes pioneiras, que a nível político resulta nas discussões sobre o possível desmembramento das regiões pioneiras sob forma de um novo estado.

Figura 4: Estrutura espacial de Mato Grosso perante a globalização



Sobretudo o norte de Mato Grosso tornou-se, nos últimos vinte anos, a região de atividades privadas por excelência nas frentes pioneiras da Amazônia. Por um lado este fato ganhou expressão através da instalação de grandes fazendas de gado, verdadeiras empresas, subsidiadas por incentivos fiscais da SUDAM. Aqui encontram-se algumas das maiores fazendas agropecuárias novas, com áreas muitas vezes acima de 100.000 ha. Por outro lado, o norte de Mato Grosso se transformou, durante a década de 70 e 80, na área de colonização particular mais importante do Brasil. Os exemplos mais conhecidos são as empresas SINOP na região em torno da cidade de mesmo nome, ou INDECO na região de Alta Floresta, além de outros mais (cf. COY 1991). Esta atividade contribuiu significativamente à formação de novos espaços sociais e econômicos. Foram sobretudo empresas do Sul do Brasil (na maioria do Paraná) que se empenharam na colonização privada, adquirindo vastas áreas na região. Estas terras foram repartidas em parcelas, que abrangiam entre 30 e várias centenas de hectares, para então serem vendidas por corretores no Sul do Brasil a colonos sem terra ou a pequenos proprietários, levados à falência pela

concorrência da agricultura modernizada em expansão. Para estes grupos a aquisição de terras no norte do Mato Grosso representava a esperança de ascensão social, uma vez que ali havia a possibilidade de comprar parcelas até 40 vezes maiores que suas propriedades no Sul. Segundo dados oficiais, as empresas de colonização venderam, até 1987, mais de 3 milhões de hectares, correspondendo a 18.000 parcelas individuais. A maioria dos projetos de colonização particular se concentra na região de influência da rodovia Cuiabá-Santarém.

Nas regiões do Norte Matogrossense distinguem-se vários tipos de ocupação de acordo com o meio físico, as atividades predominantes, a organização sócio-econômica e os grupos sociais presentes. Assim, a ocupação das regiões de cerrado se destaca nitidamente da ocupação nas regiões de floresta tropical.

A partir dos anos 70, migrantes procedentes principalmente do Sul brasileiro procuraram em massa as regiões periféricas do Centro-Oeste e Norte em busca de terras baratas para a reprodução dos típicos sistemas modernizados de agricultura das suas áreas de procedência, baseados principalmente nas lavouras mecanizadas de soja, arroz e milho. Este avanço da agricultura modernizada era fortemente incentivado por programas governamentais de melhoramento da infraestrutura, de programas de crédito para a compra de terra e para o financiamento da produção (cf. WANIEZ 1993). Na percepção dos migrantes sulistas, o cerrado matogrossense tinha um alto potencial em função do seu relevo plano, facilitando a mecanização, em função da sua vegetação, fácil de derrubar, e sobretudo em função dos baixos custos da terra, que possibilitaram a aquisição de superfícies muitas vezes superiores àquelas nas regiões de procedência. Desta maneira surgiram em poucos anos *ilhas de modernização* que, em decorrência dos seus sistemas de produção agrícola e dos seus atores sociais, tinham características de enclaves globalizadas em comparação com o entorno tradicional matogrossense. A globalização deste tipo de frente pioneira se manifesta por exemplo na orientação das estratégias econômicas e decisões imediatas dos atores individuais em função das oscilações do mercado internacional, sendo os produtores e comerciantes nesta região periférica ligados *on-line* por computador às bolsas internacionais. O espaço de ação, as redes de informação e comercialização ultrapassam, desta maneira, o contexto local/regional.

Nos últimos anos, o Estado de Mato Grosso subiu em função desta expansão das frentes pioneiras modernizadas ao segundo lugar entre os estados produtores de soja no Brasil. A monocultura da soja, produto exclusivamente voltado à exportação, prometia, em períodos de preços altos no mercado mundial, lucros significativos para os produtores. Ela representava, no entanto,

ao mesmo tempo um extremo risco econômico pela dependência dos mercados extrarregionais. Resulta desta situação uma seletividade social que se manifesta em novos processos de concentração fundiária e de expulsão dos produtores fracassados, assim como a busca permanente de alternativas menos vulneráveis para estes produtores modernizados (p.ex. diversificação dos sistemas de produção ou extensificação em direção à pecuária).

Ademais, a agricultura modernizada provocou um empobrecimento extremo dos ecossistemas diferenciados de cerrado e implantou um *man-made-landscape*. Este sistema de produção causa, portanto, sérios impactos ambientais pelos elevados inputs externos e pelo alto consumo de recursos naturais. Devem ser mencionados entre os impactos mais graves a erosão, p.ex. na formação de voçorocas, a compactação do solo pelo uso de máquinas pesadas, a contaminação da água pelo uso excessivo de agrotóxicos (BLUMENSCHNEIN 1995).

Em resumo, pode-se constatar que a monocultura da soja propicia um desenvolvimento que não leva em conta os custos sociais e ecológicos. A percepção e o uso dos recursos naturais, assim como os sistemas de uso agrícola adotados têm íntima relação com a condição sócio-cultural dos produtores. Esta dimensão sócio-cultural da frente pioneira modernizada será de importância fundamental na procura de caminhos para o desenvolvimento sustentável a nível regional.

Ao contrário, a ocupação agrícola das regiões de floresta tropical é caracterizada por propriedades agrícolas menores (100 ha e menos). A base do sistema de produção é formada por culturas anuais (arroz, feijão, milho, etc.) e permanentes (café, seringueira, cacau, guaraná). A comercialização compreende sobretudo as culturas permanentes, mas também o excedente das culturas anuais. A lavoura é realizada em trabalho manual. A maioria dos colonos é igualmente originária do Sul, mas frequentemente trata-se de nordestinos que trabalharam como meeiros na lavoura de café, principalmente no Paraná. Com referência ao espaço social formado por este tipo de frente pioneira constata-se um espaço de ação, assim como redes de comercialização e comunicação muito mais restritos ao contexto local/regional. Relações informais (p.ex. relações de trabalho) e o objetivo da autosuficiência caracterizam estas formações sócio-econômicas muito mais do que as frentes modernizadas.

Assim o sistema sócio-econômico nas regiões de floresta corresponde mais a uma "economia de sobrevivência", enquanto que a ocupação do cerrado se integra totalmente na economia capitalista predominante e representa uma forma de globalização por excelência. Desta maneira surgiram, em poucos anos, ilhas de modernização que, em decorrência dos seus sistemas de produção e dos

seus diferentes tipos de atores sociais, têm características de enclaves globalizadas em comparação com o entorno tradicional. No contexto regional são elas que representam os "vencedores" da globalização. Os espaços sociais dos camponeses e dos grupos indígenas orientados à produção de subsistência podem ser considerados como regiões de exclusão que não participam do boom regional. Lá o êxodo rural é expressão da degradação sócio-cultural e ambiental. São, então, os "vencidos" no processo da globalização.

No decorrer do recente processo de ocupação surgiram várias cidades pioneiras no Norte Matogrossense, cuja fundação fazia parte, na maioria dos casos, dos projetos de colonização particular. Hoje elas formam um sistema urbano regional hierarquizado (cf. COY 1992). Estas novas cidades funcionam sobretudo como centros de comercialização e de serviços (escolas, hospitais, etc.), mas elas constituem, ao mesmo tempo, novos centros políticos (sedes de município) para as regiões da frente pioneira. Além disso, as novas cidades recebem contingentes populacionais cada vez maiores, em parte migrantes procedentes de outras regiões, que se vêem hoje privados da possibilidade de adquirir terras próprias, assim como migrantes dos arredores, que fracassaram na tentativa de se estabelecerem definitivamente na atividade agrícola. A importância das cidades pioneiras se revela na taxa regional de urbanização, que hoje, 20 anos após a fundação dos primeiros núcleos urbanos, já se eleva a mais de 50 % para o Norte Matogrossense. Com respeito a sua estrutura interna e a sua funcionalidade, as cidades pioneiras se inserem no seu respectivo contexto regional, causando uma nítida diferenciação estrutural entre cidades pioneiras em áreas de frente pioneira de sobrevivência e cidades pioneiras em regiões de frente pioneira modernizada.

Durante os anos 80 surgiram outras atividades econômicas nas regiões de colonização do Norte Matogrossense, exercendo uma influência cada vez maior e contribuindo à atual e significativa heterogeneidade regional. Entre estas destacam-se a extração madeireira, um setor típico na abertura de novas frentes agrícolas (p.ex. em Sinop, aonde se encontram hoje mais de 200 serrarias somente no perímetro urbano), e a extração de ouro nos vários garimpos, situados sobretudo na parte setentrional do Norte Matogrossense (região de Peixoto de Azevedo, Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás). No início dos anos 90 o número de garimpeiros ativos na região era estimado em milhares. Estes setores econômicos se caracterizam igualmente por grupos sociais distintos. Todas estas atividades econômicas e os diferentes grupos sociais se encontram justapostos no mesmo espaço físico, fato que implica em uma superposição de diferentes espaços sociais, acarretando conflitos de interesse ou formas específicas de contato e interação entre as diversas esferas. Os impactos ambientais destas formas de extrativismo vegetal e mineral são consideráveis. Além da contribuição do setor madeireiro ao desmatamento deve

ser considerado sobretudo o uso indiscriminado de mercúrio nos garimpos e a degradação das áreas garimpadas.

Com respeito, no entanto, ao setor de extração mineral nos garimpos, podemos atualmente observar uma série de transformações internas e oscilações entre altas e baixas, que revelam a sua alta vulnerabilidade (cf. PASCA 1994). Tradicionalmente, o garimpo é caracterizado por relações informais de organização interna, tanto de trabalho, como de comercialização. Durante muitas gerações, a atividade garimpeira constituía uma estratégia de sobrevivência para migrantes de baixa renda. Nos últimos anos, constata-se, no entanto, uma expansão de relações capitalistas de produção pelo maior uso de máquinas pesadas, pelo assalariamento de muitos garimpeiros, etc. Esta capitalização conduziu à fragmentação da estrutura sócio-econômica e do espaço social nos garimpos. Por outro lado, em função da sua capitalização o garimpo reage de maneira cada vez mais sensível às mudanças do quadro econômico (custo de combustível, custo de maquinário, etc.), assim como às oscilações dos mercados internacionais (preço do ouro e dos diamantes), fato este que revela uma globalização crescente do setor. Esta situação reflete-se atualmente no Norte Matogrossense em uma crise existencial da atividade com graves repercussões nas cidades pioneiras que dependem da atividade garimpeira.

Futuramente, alguns grandes projetos de infraestrutura, verdadeiros corredores de exportação, poderão causar a aceleração da globalização da economia matogrossense através da incorporação mais estreita aos circuitos e espaços econômicos nacionais e sobretudo internacionais. Trata-se em primeiro lugar da chamada *Saída para o Pacífico*, projeto de ligação rodoviária das regiões matogrossenses produtoras de soja e de extração madeireira ao mercado pacífico e sobretudo asiático, passando pela Bolívia e, alternativamente, ou pelo norte do Chile ou pelo sul do Peru. Uma das duas alternativas mais discutidas localiza-se em Mato Grosso, a outra, muito mais polêmica, atravessaria o Estado do Acre. Este projeto, que recebe os elogios dos políticos e empresários regionais, causou grandes controversas internacionais com respeito aos seus impactos ecológicos. Outro projeto, que também alerta atualmente as ONGs no mundo inteiro em função dos seus possíveis impactos para o ecossistema frágil do Pantanal, é a revitalização da *Hidrovia Paraná-Paraguai*, com o objetivo de redirecionar o escoamento da produção matogrossense de grãos para os grandes portos atlânticos (cf. FRIEDRICH 1995). Vinculado a este projeto foi instalada uma *Zona de Processamento para Exportação* (ZPE) em Cáceres, embora não exista, até esta data, nenhuma empresa de importância com intenção de se estabelecer nesta localidade. A *Ferrovias Leste-Oeste*, obra financiada por capital privado, que deverá ligar as atuais frentes pioneiras modernizadas de Mato Grosso à rede ferroviária do Estado de São Paulo, constitui mais um

mega-projeto direcionado à incorporação funcional da periferia. E, por último, existem planos de melhorar a ligação das regiões modernizadas matogrossenses com os grandes portos do sistema hidroviário do Amazonas, visando reduzir os custos de exportação (asfaltamento da rodovia BR 163 até o porto de Santarém; construção de uma rodovia em direção leste-oeste, ligando regiões de soja a Porto Velho). Todas estas obras privilegiariam a orientação funcional de Mato Grosso para os mercados extrarregionais e causariam graves impactos ambientais e sócio-econômicos.

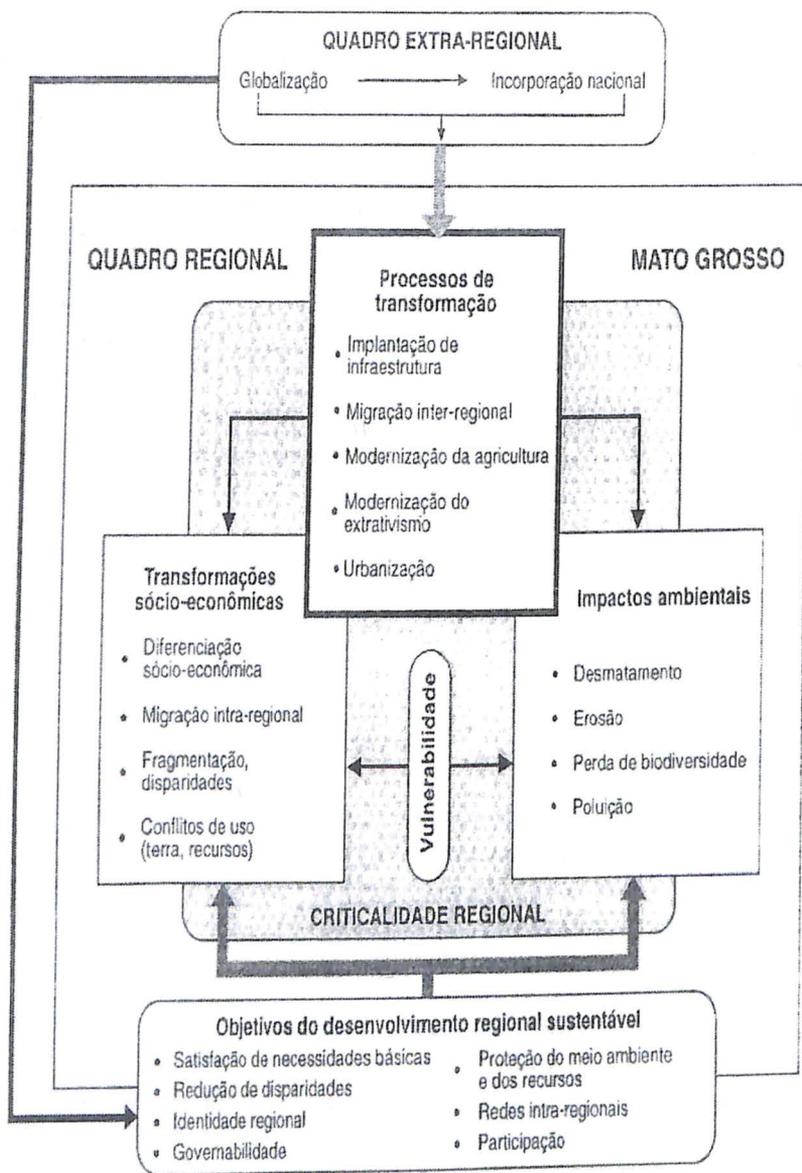
Resumindo, podemos caracterizar os últimos 25 anos como período de transformações econômicas e sociais aceleradas em Mato Grosso (cf. Fig. 5). Estas transformações decorreram de uma política explícita do Estado brasileiro visando a incorporação de suas áreas periféricas à economia e à sociedade nacional e subordinando-as, assim, à regulação por interesses nacionais e - muitas vezes - internacionais. Medidas como a construção de grandes rodovias de acesso à região, programas governamentais de desenvolvimento regional, créditos especiais e incentivos fiscais formaram um quadro favorável à modernização da periferia a qualquer custo. Generalizando, podemos detectar os seguintes processos que caracterizam a dinâmica sócio-econômica na região:

- a crise dos sistemas tradicionais de produção, orientados para a subsistência;
- o surgimento de novas frentes pioneiras, reestruturando os espaços sócio-econômicos e redirecionando a dinâmica regional;
- a introdução de novos sistemas de uso da terra como elemento da globalização da periferia, principalmente o avanço dirigido da monocultura da soja;
- a urbanização regional acelerada, a configuração de um novo sistema urbano, assim como a reestruturação interna das cidades;
- a modernização da economia extrativista;
- a prioridade do melhoramento das infraestruturas inter-regionais em vez das infraestruturas intra-regionais.

Diretamente ligado a esses processos observam-se fortes fluxos migratórios inter- e intra-regionais, que pertencem, ao mesmo tempo, tanto às causas como também às consequências da transformação sócio-econômica regional. Embora sendo um fenômeno geral, a modernização e reestruturação sócio-econômica e territorial atingiu algumas sub-regiões de Mato Grosso com maior intensidade, formando de certa maneira *ilhas de crescimento acelerado* e causando assim a agravação das disparidades inter- e intra-regionais resultando em processos de fragmentação.

AS FRENTES PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.  
CHANCES E RISCOS DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Figura 5: Determinantes da transformação sócio-econômica e ecológica em Mato Grosso



Projeto: Martin Coy 1998

Desenho: Ute Woelckner

As consequências destes processos de transformação regional podem ser resumidas em dois complexos diretamente interligados:

- a globalização parcial da economia matogrossense;
- conflitos de interesse, que se materializam em processos de concentração da terra e na expulsão dos socialmente excluídos, na marginalização de grandes contingentes sociais e na fragmentação dos espaços de vida;
- impactos ambientais em decorrência de atividades não-adaptadas às condições regionais e da exploração descontrolada dos recursos naturais.

Sem dúvida alguma, a modernização regional causou nos últimos anos uma aceleração assustadora dos problemas econômicos, sociais e ambientais em Mato Grosso e acarea, desta maneira, o poder público e a sociedade civil com novos desafios, que requerem novos conceitos em direção a um desenvolvimento sustentável a nível regional e local.

#### **4. O futuro das frentes pioneiras na Amazônia: Condições para o desenvolvimento sustentável**

Resumindo os processos de diferenciação e dinâmica interna das frentes pioneiras na Amazônia brasileira, podemos constatar os seguintes fenômenos:

- a heterogeneidade estrutural no sentido sócio-econômico e territorial entre as diferentes frentes pioneiras e dentro de cada frente;
- a organização territorial diferenciada entre as diversas frentes pioneiras, a criação de redes formais e informais e a consequente formação de espaços sociais diferenciados;
- a simultaneidade de tendências globalizantes e periferizantes das frentes pioneiras, que não devem ser entendidas como meras tendências opostas, pelo contrário: existem várias relações funcionais entre elas;
- a diferenciação cada vez maior dos atores, da sua respectiva percepção dos recursos, das suas motivações e formas de ação no sentido econômico e espacial;
- a diferenciação das identidades dos atores com relação à configuração sócio-econômica e cultural dos grupos nas frentes pioneiras e com relação aos seus respectivos espaços de vida;
- uma dinâmica de transformação acelerada das frentes pioneiras, causando "ciclos de vida" cada vez mais curtos;

AS FRENTES PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.  
CHANCES E RISCOS DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- o impacto diferenciado das várias frentes pioneiras em relação ao meio ambiente e ao uso dos seus recursos.

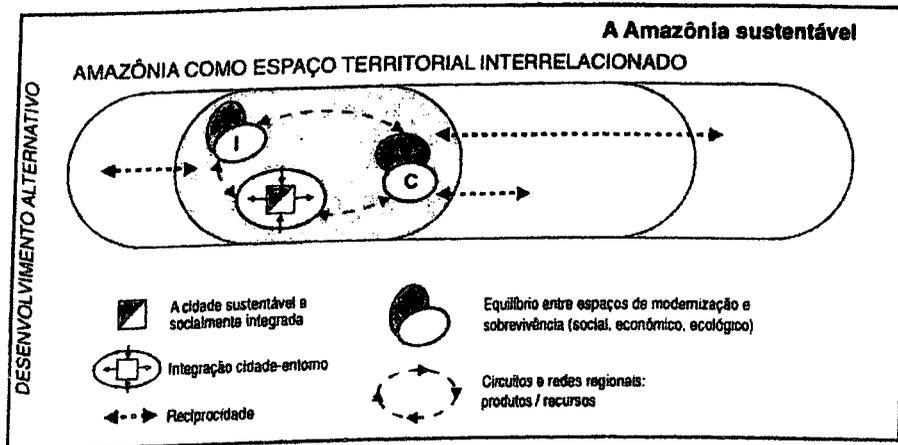
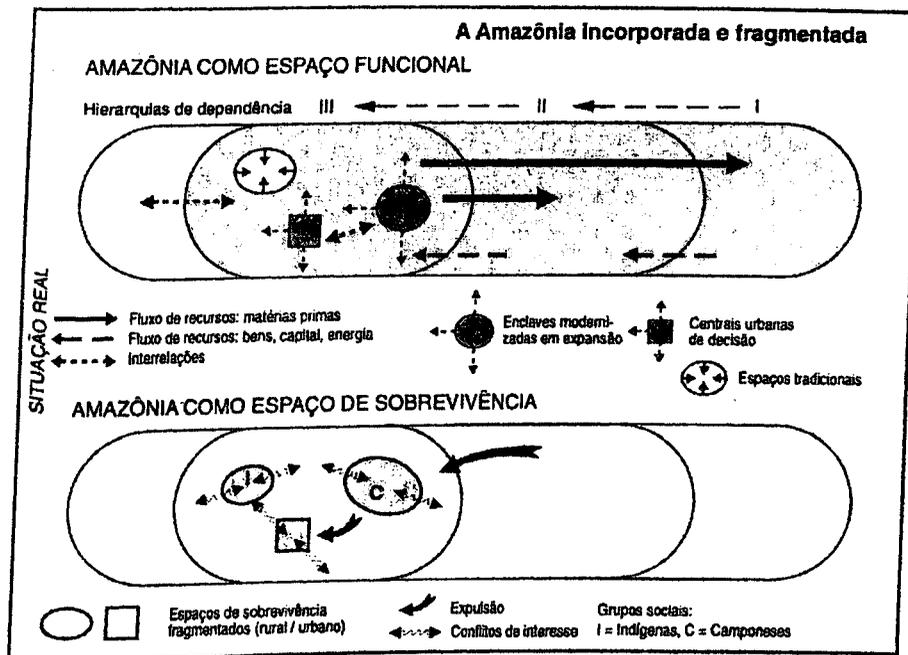
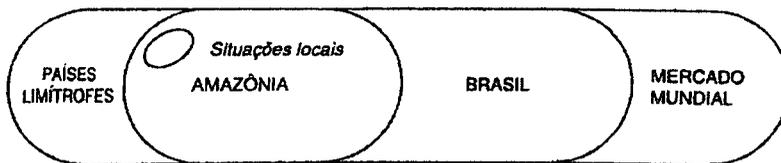
Um dos resultados mais significativos destes fenômenos e processos é a vulnerabilidade econômica, social e ecológica das regiões de frente pioneira na Amazônia brasileira (cf. MANSARD, MÄCKEL 1995).

Estes processos de diferenciação e dinâmica interna das frentes pioneiras na Amazônia brasileira pode-se esquematizar num modelo espacial usando-o como ponto de partida para os cenários de um desenvolvimento regional que segue os princípios da sustentabilidade (cf. Fig. 6). O modelo tenta esclarecer as interrelações e dependências no contexto regional por um lado e entre várias escalas e hierarquias espaciais por outro. Estas interrelações se manifestam a nível econômico em fluxos de produtos, capital ou energia, assim como a nível social em fluxos migratórios, processos de expulsão ou em conflitos pelo uso dos recursos. A fragmentação sócio-econômica e espacial se destaca como resultado do processo de incorporação regional. Formações - ou subregiões - econômicas e sociais que são funcionalmente orientadas para fora se contrapõem a grupos ou territórios de sobrevivência. Fazem parte das primeiras principalmente as “enclaves de modernização” da sojicultura e os centros urbanos dinâmicos, que funcionam como “pontos nodais” dos fluxos de capital, de mercadorias e do processamento agroindustrial incipiente. Assim, a periferia se insere como espaço funcional nas hierarquias de dependência, espaço que, ao mesmo tempo, é exposto às consequências tanto positivas como negativas da incorporação nacional e da globalização. Por outro lado, as formações de sobrevivência, sejam elas o campesinato regional, os grupos indígenas ou sejam os grupos marginalizados nas cidades, são organizadas de forma territorial e muitas vezes informal. Neste contexto a Amazônia como um todo e, mais especificamente, algumas subregiões exercem a função de refúgios de sobrevivência para migrantes expulsos das regiões centrais brasileiras. Além disso, se reproduzem, a nível regional, novos processos de expulsão através da expansão das formações funcionalmente incorporadas. Resulta disso o preocupante crescimento da miséria nas cidades. Estes processos nas frentes pioneiras da Amazônia brasileira resultam na vulnerabilidade econômica, social e ecológica destas regiões.

Figura 6: Modelo do desenvolvimento espacial da periferia amazônica

Modelo do desenvolvimento espacial da periferia amazônica

MODELO BÁSICO



Esta realidade complexa, regionalmente diferenciada e contraditória nos parece constituir o ponto de partida para os cenários de um desenvolvimento alternativo visando a sustentabilidade social, cultural, econômica e ecológica. No âmbito deste trabalho, não podemos entrar na discussão teórica sobre o conceito da sustentabilidade (cf. REDCLIFT 1987; HARBORTH 1993). Vale, no entanto, lembrar que o desenvolvimento sustentável engloba tanto uma perspectiva sincrônica, ou seja, a necessidade de mudanças a curto prazo, quanto uma perspectiva diacrônica, ou seja, uma preocupação com as gerações futuras. Do mesmo modo, o desenvolvimento sustentável abrange não somente uma dimensão ecológica (conservação dos recursos não renováveis e o uso sustentável dos renováveis), mas também uma dimensão econômica (privilegiar o crescimento qualitativo em vez do mero crescimento quantitativo) e social (atender as necessidades básicas de todas as populações atingidas). O desenvolvimento sustentável a nível regional requer, antes de mais nada, mudanças estruturais a nível nacional e internacional. O caminho para o desenvolvimento sustentável não se realiza de *cima para baixo*, mas passa por uma participação democrática de todos os grupos atingidos. Isto pressupõe a conscientização das elites, assim como de toda a sociedade civil. Outra dimensão primordial para a iniciação de um desenvolvimento sustentável regional se relaciona à valorização dos potenciais endógenos. Neste sentido, a análise das experiências locais, p.ex. de sistemas de uso multivariados e adaptados e sobretudo o estudo do *etnoconhecimento*, não somente de grupos indígenas, mas também de populações ribeirinhas, grupos camponeses e outros, recebe uma importância fundamental (cf. SMITH et al. 1995).

No contexto da Amazônia o fortalecimento das estruturas territoriais, ou seja, a intensificação das redes sociais e circuitos econômicos regionais, poderia constituir uma alternativa à incorporação funcional das periferias à qualquer custo sob o regime da globalização. Será de maior importância a estabilização das relações econômicas e sociais entre campo e cidade, assim como o fortalecimento de relações igualitárias entre as “ilhas globalizadas” e os “espaços marginalizados”. Além disso o desenvolvimento sustentável a nível regional requer, antes de mais nada, mudanças estruturais a nível nacional e internacional baseando-se na reciprocidade dos intercâmbios.

A nível do planejamento regional, dos programas governamentais de desenvolvimento, assim como da cooperação internacional observam-se atualmente as primeiras tentativas de aproximação a um desenvolvimento regional sustentável. Alguns governos amazonenses, como os atuais governos dos Estados do Amapá e do Acre, submeteram suas diretrizes políticas ao conceito da sustentabilidade. Outros baseiam suas ações governamentais em

programas de desenvolvimento sustentável, viabilizadas, via de regra, com financiamentos internacionais (PLANAFLORO em Rondônia, PRODEAGRO em Mato Grosso). Programas de cooperação internacional, como o Programa Piloto das nações G7 (cf. KOHLHEPP 1995), priorizam a conservação ecológica e o desenvolvimento sócio-econômico adaptado. Questões antigamente negligenciadas, como a demarcação de territórios indígenas, a delimitação de áreas de proteção ambiental, a instalação de reservas extrativistas (cf. ARNT 1994), ou ainda, a propagação de sistemas agrosilviculturais, recebem prioridade nestes programas. A acumulação de informações relevantes para o ordenamento territorial através de *Zoneamentos ecológicos e sócio-econômicos* tornou-se a atividade privilegiada das instituições estaduais de planejamento (cf. SCHUBART 1992). Portanto, existe uma discussão altamente controversa, se estamos realmente no início de uma nova fase do desenvolvimento amazônico, ou se na verdade todas estas atividades revelam-se parte da retórica oficial e de um *marketing* regional para conseguir os meios financeiros internacionalmente concorridos, meramente possibilitando assim a realização de obras convencionais (cf. HAGEMANN 1995).

Porém, procurar caminhos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia significa, antes de mais nada, encontrar soluções para os conflitos ecológicos e principalmente para os conflitos sociais, que até hoje resultam em números crescentes de vítimas nas frentes pioneiras. Devem ser criadas estruturas que possibilitem o surgimento de consciência ecológica e responsabilidade social dos atores nas frentes pioneiras com referência aos seus respectivos espaços de vida, transformando as suas ações imediatistas em estratégias duradouras e adaptadas às condições físicas, sócio-econômicas e culturais (cf. como ponto de referência a *Agenda 21*, aprovada pela ECO 92 no Rio de Janeiro, UNITED NATIONS 1992). Do mesmo modo, a globalização, que na sua atual forma desigual contribui ao agravamento dos conflitos, deve ser transformada em uma solidariedade global, facilitando a construção de meios sócio-econômicos, políticos e ecológicos a nível regional, que garantem o *agir localmente e pensar globalmente* em prol das gerações atuais e futuras nas frentes pioneiras da Amazônia.

## Bibliografia

ALTVATER, E. (1991): *Die Zukunft des Marktes. Ein Essay über die Regulation von Geld und Natur nach dem Scheitern des "real existierenden Sozialismus"*. – Münster, Westfälisches Dampfboot.

- ALTVATER, E. (1992): **Der Preis des Wohlstandes oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung.** – Münster, Westfälisches Dampfboot.
- ARNT, R. (Hrsg.) (1994): **O destino da floresta. Reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.** - Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- BECKER, B.K. (1990): **Amazônia.** - São Paulo, Ática.
- BECKER, B. K. (1995): **Undoing myths: The Amazon - an urbanized forest.** - In: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (eds.): **Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region,** pp. 53-89, New York, Parthenon.
- BLUMENSCHNEIN, M. (1995): **Die modernisierte Landwirtschaft des Cerrado und ihre Bedeutung für eine nachhaltige Entwicklung der Pantanal-Region.** - In: KOHLHEPP, G. (ed.): **Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso / Brasilien. Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung.** Tübinger Geographische Studien 114, pp. 221-246. Tübingen, Selbstverlag Geographisches Institut.
- BRANFORD, S.; GLOCK, O. (1985): **The last frontier. Fighting over land in the Amazon.** – London, Zed Books.
- BROWDER, J.O.; GODFREY, B.J. (1997): **Rainforest cities. Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon.** - New York, Columbia University Press.
- CLEARY, D. (1994): **Problemas na interpretação da história moderna da Amazônia.** - In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M. da (eds.): **Amazônia e a crise da modernização,** pp. 159-165. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- COY, M. (1988): **Regionalentwicklung und regionale Entwicklungsplanung an der Peripherie in Amazonien. Probleme und Interessenkonflikte bei der Erschließung einer jungen Pionierfront am Beispiel des brasilianischen Bundesstaates Rondônia.** - Tübinger Geographische Studien 97. Tübingen, Selbstverlag Geographisches Institut.
- COY, M. (1991): **The frontier of North Mato Grosso between soybean production, timber extraction and gold mining. Incorporation and differentiation of new social spaces by private colonization and spontaneous processes.** - In: KLEINPENNING, J.M.G. (ed.): **The incorporative drive. Examples from**

**Latin America.** Nijmegen Studies in Development and Cultural Change 8, pp. 40-58. Saarbrücken, Fort Lauderdale, Breitenbach.

COY, M. (1992): Pioneer front and urban development. Social and economic differentiation of pioneer towns in Northern Mato Grosso (Brazil). - **Applied Geography and Development**, 39: 7-29

COY, M.; LÜCKER, R. (1993): **Der brasilianische Mittelwesten. Wirtschafts- und sozialgeographischer Wandel eines peripheren Agrarraumes.** - Tübinger Geographische Studien 108. Tübingen, Selbstverlag Geographisches Institut.

DANIELZYK, R.; OSSENBRÜGGE, J. (1996): Globalisierung und lokale Handlungsspielräume. Raumentwicklung zwischen Globalisierung und Regionalisierung. - **Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie**, 40, 1/2: 101-112.

DICKENSON, J. (1995): **The recent frontier in Brazil: Geographical perspectives.** - Trabalho apresentado no sympósio "The Frontier in Question", Department of History, University of Essex, Colchester.

FEARNSIDE, Ph. M. (1993): Deforestation in Brazilian Amazonia: The effect of population and land tenure. - **Ambio**, 22, 8: 537-545.

FOWERAKER, J. (1982): **A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais.** - Rio de Janeiro, Zahar.

FRIEDRICH, M. (1995): Hidrovia Paraguai - Paraná. Wirtschaftliche, soziale und ökologische Konsequenzen für das Pantanal und den Einzugsbereich des Oberen Rio Paraguai. - In: KOHLHEPP, G. (ed.): **Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso / Brasilien. Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung.** Tübinger Geographische Studien 114, pp. 125-156. Tübingen.

FRÖBEL, F.; HEINRICHS, J.; KREYE, O. (1986): **Umbruch in der Weltwirtschaft.** - Reinbek, Rowohlt.

GODFREY, B.J. (1990): Boom towns of the Amazon. - **Geographical Review**, 80: 103-117.

HAGEMANN, H. (1995): **Banken, Brandstifter und Tropenwälder. Die Rolle der Entwicklungszusammenarbeit bei der Zerstörung der brasilianischen Tropenwälder.** - Giessen, Focus.

AS FRENTE PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.  
CHANCES E RISCOS DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- HARBORTH, H.-J. (1993): **Dauerhafte Entwicklung statt globaler Selbstzerstörung. Eine Einführung in das Konzept des "Sustainable Development"**. - Berlin, Edition Sigma.
- KOHLHEPP, G. (1987): **Amazonien. Regionalentwicklung im Spannungsfeld ökonomischer Interessen sowie sozialer und ökologischer Notwendigkeiten**. - Problemräume der Welt 8, Köln, Aulis.
- KOHLHEPP, G. (1995): The International Pilot Programme for Amazonia: An approach to sustainable regional development. - In: **International Geographical Union, Bulletin** 45, pp. 17-30, Bonn.
- KRÄTKE, S. (1995): Globalisierung und Regionalisierung. - **Geographische Zeitschrift**, 83, 3/4: 207-221.
- MANSHARD, W.; MÄCKEL, R. (1995): **Umwelt und Entwicklung in den Tropen. Naturpotential und Landnutzung**. - Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- MARTINS, J. de S. (1995): **The time of the frontier. A return to the controversy concerning the historical periods of the expansion frontier and the pioneer frontier**. - Trabalho apresentado no sympósio "The Frontier in Question", Department of History, University of Essex, Colchester.
- MUELLER, C.C. (1983): Fronteira, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho rural no Centro-Oeste. - **Pesquisa e Planejamento Econômico** (Rio de Janeiro), 13, 2: 619-660.
- PASCA, D. (1994): O garimpo de ouro de Poconé, Mato Grosso. Estudo das interrelações entre tecnologia, organização sócio-econômica e impactos ambientais. - **Cadernos do NERU**, 3: 59-105, Cuiabá.
- REDCLIFT, M. (1987): **Sustainable development. Exploring the contradictions**. - London, New York.
- REMPPIIS, M. (1995): Fazendas zwischen Tradition und Fortschritt. Umweltauswirkungen der Rindweidewirtschaft im nördlichen Pantanal. - In: KOHLHEPP, G. (ed.): **Mensch-Umwelt-Beziehungen in der Pantanal-Region von Mato Grosso / Brasilien. Beiträge zur angewandten geographischen Umweltforschung**. Tübinger Geographische Studien 114, pp. 1-29. Tübingen, Selbstverlag Geographisches Institut.

- SANTOS, (1980): **História econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. - São Paulo, Tao.
- SANTOS, M., M. A. A. de SOUZA & M. L. SILVEIRA, (eds.) (1994): **Território. Globalização e fragmentação**. - São Paulo, Hucitec.
- SASSEN, S. (1996): **Mètropolen des Weltmarkts. Die neue Rolle der Global Cities**. - Frankfurt am Main, Campus.
- SCARLATO, F. C. et al. (orgs.) (1993): **Globalização e espaço latino-americano**. - São Paulo.
- SCHUBART, H. O. R. (1992): Zoneamento ecológico-econômico da Amazônia. - In: VELLOSO, J. P. dos Reis Hrsg.): **A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento do Brasil**, pp.153-165. São Paulo, Nobel.
- SINGER, P. (1994): Amazônia na sociedade global. - In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M. da (eds.): **Amazônia e a crise da modernização**, pp. 167-174. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- SMITH, N.J.H.; SERRÃO, E.A.; ALVIM, P.T.; FALESI, I.C. (1995): **Amazonia: Resiliency and dynamism of the land and its people**. - Tokyo, United Nations University Press.
- UNITED NATIONS (1992): **Agenda 21: Programme of action for Sustainable Development**. - New York, United Nations.
- WANIEZ, Ph. (1993): **Les cerrados. Un "espace frontière" brésilien**. - Collection Territoires (GIP RECLUS/ORSTOM). Montpellier: RECLUS / ORSTOM Paulo, Hucitec.

AS FRENTE PIONEIRAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA PERANTE A GLOBALIZAÇÃO.  
CHANCES E RISCOS DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resumen

Los procesos actuales en la economía y la sociedad a nivel mundial son discutidos en el contexto de la globalización. En las regiones periféricas estos procesos provocan una fragmentación económica y socio-cultural creciente. Esto se investiga en detalle a partir del ejemplo de la región amazónica brasileña y mas detalladamente mediante el ejemplo del estado de Mato Grosso. En las últimas décadas el desarrollo histórico de la Amazonia está marcado por el avance de distintas frentes pioneras. De este modo en la referida región se pueden documentar conflictos violentos entre actores con diferentes pretensiones de uso del espacio. Las influencias crecientes de la globalización aumentan la fragmentación de la sociedad y del espacio así que en la Amazonia existen espacios de supervivencia de los "perdedores de la globalización" contrariando las islas modernizadas de los "ganadores de la globalización". En este contexto la compensación y la integración funcional de estos distintos espacios sociales así como el fortalecimiento de redes regionales tienen una importancia central para el desarrollo sostenible de la Amazonia.

Palabras claves: Frente pionero, Globalización, Desarrollo sostenible, Amazonia brasileña, Mato Grosso.

Abstract

The current developments in economy and society that can be observed world-wide are discussed under the topic of globalisation. In peripheral areas, these processes set off an increasing economic and socio-cultural fragmentation. These processes are examined in detail for the Amazon region and thoroughly explained for the federal state of Mato Grosso. Within recent years, the historical development of the Amazon region was characterised by the advance of pioneer frontiers of various types. As a consequence, in this region different actors with different spatial demands often clash in violent conflicts. The increasing influences of globalisation intensify the fragmentation of society and space, so that, in Amazonia, the survival areas of the "globalisation losers" are side by side with the modernisation islands of the "winners". In this context, the assimilation and the functional integration of these different social spaces and the strengthening of regional networks are of central significance for the sustainable development of Amazonia.

Key words: Pioneer front, Globalization, Sustainable development, Brazilian Amazon, Mato Grosso.

## Résumé

Les changements qu'on observe actuellement en économie et société à échelle internationale sont issue du procès de globalisation. Dans des régions périphériques, ces changements déclenchent, de plus en plus, une fragmentation économique et socio-culturelle. Cette situation sera démontré à l'exemple de l'Amazonie brésilienne et discuté en détail pour l'état de Mato Grosso. Pendant les dernières décennies, le développement amazonien a été soumis à l'expansion de fronts pionniers de caractères différents. En conséquence, différents acteurs avec des intérêts divergents s'opposent à l'échelle régionale, souvent de forme conflictive. En même temps, l'intensification des influences de la globalisation renforce la fragmentation de la société et de l'espace régionales, de manière qu' en l'Amazonie d'aujourd'hui les espaces de survie des „perdants“ de la globalisation s'entrechoquent avec les enclaves modernisées des „gagnants“. Dans ce contexte, l'équilibre et l'intégration fonctionnelle de ces différents espaces sociaux, ainsi que la consolidation des réseaux régionaux, s'avèrent d'importance fondamentale pour le développement durable de l'Amazonie.

Mots clés: Front, pionnier, Globalization, Développement durable, Amazonie brésilienne, Mato Grosso.